

ARTIGO

ARTÍCULO

UMA TEORIA DOS SUJEITOS DA LINGUAGEM

UNA TEORÍA DE LOS SUJETOS DEL LENGUAJE

A THEORY OF THE SUBJECTS OF LANGUAGE

PATRICK CHARAUDEAU

Centre d'Analyse du discours, Université de Paris XIII,
França

**PUBLICAÇÃO ORIGINAL
CRUZEIRO SEMIÓTICO**
1985

**PUBLICACIÓN ORIGINAL
CRUZEIRO SEMIÓTICO**
1985

**CRUZEIRO
SEMIÓTICO**

COMO CITAR

CÓMO CITAR

CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. *Cruzeiro Semiótico*, São Paulo, v. 2, n.1, p. 1-13, jan.-jun., 2025.

A questão que se põe é de saber em que situação se encontra a ciência da linguagem nestes anos 1980 e se ainda lhe resta um campo próprio, dada a pressão que sobre ela exercem a antropologia, a sociologia e a psicologia social, disciplinas que várias vezes a si agregam o termo “linguística” como sufixo. Claro que se pode responder com a segurança do homem de ciência na sua torre de marfim que nada parece abalar:

Do ponto de vista teórico, hoje como há vinte anos, a linguística compreende um núcleo duro e uma periferia mole. O núcleo duro é sempre a gramática generativa, [...] e] o núcleo duro do núcleo duro continua a ser o trabalho de Chomsky e dos seus discípulos próximos (Ruwet, 1983, p. 44).

Certo! No entanto, um certo número de questões fundamentais foi posto à linguística por estas disciplinas: o que é este objeto de linguagem desprovida da sua dimensão psicossocial? O que são estas descrições de sistemas que não permitem dar conta do fenómeno da comunicação humana? Como se pode analisar a linguagem sem se interessar pelas condições de produção sem as quais é inútil pretender compreender o fenómeno da “significação”? O que é uma sintaxe, por muito elaborada e rigorosa que seja, que não chega a explicar os investimentos psicossociais que são postos em prática num ato de linguagem? São estas questões que, há mais de uma quinzena de anos, conduziram os estudos linguísticos em direção a novas hipóteses que marcarão, sem dúvida alguma, a história da ciência da linguagem; é por isso que temos alguma dificuldade em seguir N. Ruwet (1983), quando ele declara que “é muitas vezes nos trabalhos limítrofes que se encontra a maior confusão, o menor rigor: penso nos inumeráveis trabalhos sobre a comunicação, um dos mitos do nosso tempo, naqueles, muitas vezes demagógicos, sobre os níveis de língua, de linguagem oral, etc.”

Olhemos o futuro sem complexos e digamos a nós mesmos que não é de todo impensável que estes trabalhos assegurem uma abertura científica e contribuam, por conseguinte, para o progresso do pensamento humano. Partindo da hipótese de que é possível estudar a linguagem tendo em conta a sua dimensão psicossocial, nós queríamos mostrar que uma teoria do discurso não pode passar sem uma definição dos sujeitos do ato de linguagem.

O DISCURSO

Antes de mais, algumas precisões sobre o termo discurso. Não se trata aqui de definir este conceito, porque é participando do conjunto de uma teoria que ele é, em contrapartida, definido por esta. Nós queríamos somente assinalar com alguns marcos o território no qual ele pode mover-se, o que deveria permitir evitar algumas confusões, pois é verdade que este termo é empregue em acepções diversas.

O discurso não deve ser assimilado à manifestação verbal da linguagem. Esta, embora sendo dominante no conjunto das manifestações linguísticas, corresponde a um certo código semiológico¹, quer dizer, a um conjunto estruturado de signos formais, ao mesmo título por exemplo que o código gestual (linguagem do gesto) ou o código icônico (linguagem da imagem). O discurso está para alguém (ou para além) dos códigos de manifestação linguística, na medida em que é o lugar da atualização da significação, a qual pode utilizar, para os seus próprios fins, um ou vários códigos semiológicos.

Evidentemente, não queremos dizer com isto que há um estado do discurso anterior à prática da manifestação e independente desta. Deve ficar bem claro que toda a atualização discursiva depende das características destes códigos, e de todos eles. O que propomos, portanto, é que não se limite a aceção do termo ao caso único da manifestação verbal, pois ao mesmo tempo seria o conjunto da atualização da linguagem que se reduziria a esta única manifestação.

Discurso não deve ser confundido com texto. Este último deve ser considerado como um objeto que representa a materialização da atualização do ato de linguagem. É um resultado sempre singular de um processo que depende de um sujeito falante particular e de circunstâncias de produção particulares. Cada texto encontra-se, portanto, atravessado por um discurso didático, por um discurso humorístico ou por qualquer outro tipo de discurso.

Discurso não deve ser entendido, segundo a tradição linguística, como a unidade que ultrapassa a frase. O estabelecimento de uma relação entre várias frases não constitui por si só a unidade-discurso. É preciso, como se verá mais adiante, que esta sequência de frases corresponda a um investimento linguístico entre vários pares em circunstâncias bem determinadas. Ao contrário, uma frase, uma palavra, um gesto podem ser portadores de discurso, a partir do instante em que respondem a esta condição.

1 E a propósito convém distinguir o código semiológico verbal oral do código semiológico gráfico.

Enfim, discurso não será tomado no sentido de E. Benveniste (1966, p.238), que o opõe à história como “dois planos de enunciação diferentes”. Uma vez mais, o discurso concerne o conjunto da atualização da significação em que uma das componentes é enunciativa (discurso) e a outra enunciva (história).

Estas distinções não nos dão ainda uma definição precisa do conceito que nos ocupa, mas têm o mérito de pôr em evidência, por contraste, algumas das suas características. O termo discurso pode assim ser utilizado em dois sentidos:

— Num primeiro sentido, discurso está em relação com o fenómeno da atualização do ato de linguagem. Esta atualização depende de um dispositivo que compreende dois circuitos (ver: 2.2): um circuito externo que representa o lugar do fazer psicossocial (o que é conveniente chamar: o Situacional) e um circuito interno que representa *O lugar de organização do dizer*. Reservaremos o termo discurso para o domínio do “*dizer*”; Opor-se-á por conseguinte a atualização discursiva à atualização linguística naquilo que esta engloba daquela, incluindo o aspecto situacional do ato de linguagem. Claro que a primeira não se faz independentemente da segunda, mas possui um dispositivo próprio que lhe confere uma autonomia. Dará lugar à utilização de gêneros² e de estratégias que não estão obrigatoriamente ligadas, pela sua existência, às circunstâncias de produção. Assim o discurso didático, nas suas características de “*dizer*”, não está exclusivamente ligado à situação escolar - que chamaremos Ritual - e pode encontrar-se noutros tipos de situações (política, científica, mediática³ etc.).

— Num segundo sentido, discurso pode estar ligado a um conjunto coerente de saberes partilhados, construídos na maior parte das vezes de maneira inconsciente pelos indivíduos de um grupo social. Estes discursos sociais - que também se poderia chamar de imaginários sociais - testemunham a maneira pela qual as práticas sociais são representadas num dado contexto sociocultural e racionalizadas em termos de valor: o que é sério/ engraçado, popular/ esmerado, delicado/ indelicado etc.

OS SUJEITOS DA LINGUAGEM

Colocar os sujeitos da linguagem no centro das teorias linguísticas é uma preocupação recente e mesmo assim ainda não está generalizada. Com efeito, durante muito tempo – até ao aparecimento da teoria da enunciação – a língua era considerada como um objeto abstrato de que era preciso descrever os sistemas

2 Ver Le discours propagandiste, in Le Français dans le Monde n° 182, Hachette, Paris, janeiro, 1984.

3 No sentido dos media de informação (imprensa escrita, rádio, televisão).

internos. Aliás o termo sujeito só tinha uma realidade gramatical, e ainda que na retórica antiga a atividade de linguagem fosse uma arte de persuasão, o sujeito não estava presente como ser de enunciação.

Com as teorias estruturalistas e a sua orientação em direção à atividade de comunicação – reduzida e simplificada ao extremo pela teoria matemática da informação – assim como com a teoria generativa de Chomsky, o ato de linguagem é o feito de um “locutor-auditor ideal” e de um processo simétrico entre aquele que o produz e aquele que o recebe e o descodifica. Não há portanto lugar para uma teoria dos sujeitos já que estes desaparecem na abstração ideal de um modelo de competência suposta perfeita.

É com a teoria da enunciação que são tomadas em consideração a presença dos responsáveis do ato de linguagem, a sua identidade, o seu estatuto e o seu papel. Já em Jakobson (1960), Emissor e Receptor se encontravam distintos e personalizados em relação às funções Emotiva e Conativa que lhes são atribuídas, mas é com Benveniste (1966) que se produz a primeira modificação teórica de importância: “a subjetividade é a capacidade de o locutor se colocar como sujeito”. Postulando que o subjetivo é o ordenador da organização da linguagem, ele dá o privilégio à enunciação sobre o enunciado e abre a via a novos estudos fundados sobre a oposição “EU”/“TU”.

A Pragmática vai ainda mais longe já que, sem se dotar de uma verdadeira teoria dos sujeitos, toma em consideração o estatuto linguístico do sujeito falante para explicar os performativos: entre as condições que definem a performatividade de um enunciado, como: “está aberta a sessão”, existe a do estatuto de presidente da sessão do sujeito que pronuncia este enunciado. Discutiremos esta posição um pouco mais adiante (ver ponto 3), mas reconheceremos o papel de abertura que a pragmática assume em relação às outras teorias da língua.

Lembremos também que paralelamente ao desenvolvimento das teorias linguísticas dos anos 1960, a semiótica, por seu turno, interessa-se – sobretudo com Barthes – em tentar distinguir nos objetos literários vários tipos de enunciadores, destinadores, destinatários etc.

Enfim, sob a influência, tanto na Europa como nos Estados Unidos, do desenvolvimento dos estudos antropológicos e sociológicos que se interessam cada vez mais pela linguagem, nasce um ponto de vista macro-sociolinguístico que integra numa dada situação linguística todos os membros do grupo social a que esta diz respeito. Daí os termos de participantes, atores, pares que se encontra em Bernstein (1971), Halliday (1973), Hymes (1974), Fishman (1971), Labov (1971), Goffman (1974). Não se pode dizer que o emprego destes termos seja de uma grande pre-

ção, porque são várias vezes empregues uns em vez dos outros, mas têm o mérito de obrigar toda a teoria do discurso a interrogar-se acerca da natureza destes seres sociais que participam na troca linguística.

Recordemos, antes de passar às definições, as hipóteses que constituem o quadro da nossa teoria exposta em *Linguagem e Discurso* (Hachette, 1983).

1) O ato de linguagem⁴ é um fenómeno que combina o Dizer com o Fazer. O Fazer é o lugar da instância situacional que se define ela mesma pelo lugar que ocupam os responsáveis deste ato (ver mais adiante: pares). O Dizer é o lugar da instância discursiva que se define a si própria como uma atualização na qual participam seres falantes (ver adiante: protagonistas). Esta realidade dupla de Dizer e Fazer leva-nos a considerar que o ato de linguagem é uma totalidade que se compõe de um circuito externo (Fazer) e de um circuito interno (Dizer), indissociáveis um do outro.

2) Todo o ato de linguagem corresponde a um investimento de significação⁵ particular. Pode, portanto, ser considerado como uma interação⁶ de intencionalidades cujo motor seria o princípio do jogo: “tentar o jogo com a esperança de ganhar”⁷. O que nos leva a colocar que a atualização do Dizer releva de uma atividade estratégica (conjunto de estratégias discursivas) que tem em conta os limites do quadro situacional.

3) Todo o ato de linguagem é o feito de seres psicossociais que são os testemunhos, mais ou menos conscientes, das práticas sociais e das representações imaginárias da comunidade à qual pertencem. O que nos leva a colocar que o ato de linguagem não é inteiramente consciente e que é submerso por um certo número de rituais sociolinguísticos.

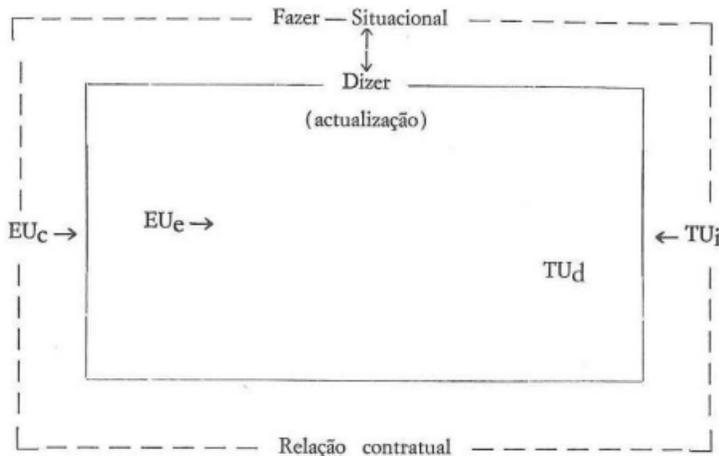
Este conjunto de hipóteses define o nosso quadro teórico que é representado pelo esquema que aqui apresentamos de novo:

4 Este termo não é tomado no sentido que lhe dá a Pragmática. É tomado num sentido mais extensivo, já que designa o conjunto da realidade linguística.

5 Lembremos que utilizamos este termo como opondo-se a sentido (*Langage et discours*, p. 18 e *Sens et Signification*, in *Cahiers de Lexicologie* n.º 21, Paris 1972) numa aceção inversa à de O. Ducrot (*Les mots du discours*, Edmon de Minuit, Paris, 1980).

6 Todo o ato de linguagem no seu duplo processo de produção e de interpretação é uma interação. Este termo não está portanto reservado ao caso único da interação dialógica.

7 Esta analogia com a teoria do jogo é igualmente utilizada pelos analistas da conversação (Goffman, 1959) e por certos psicólogos (Chabrol, 1983).



Vejam os então as denominações que utilizamos e a sua definição:

Sujeitos: das diferentes acepções do dicionário só retiraremos a última: Filos. Psicol. (segundo Kant). Ser pensante, considerado como a sede do conhecimento (por oposição a objeto), num sentido mais restrito. O sujeito pode ser considerado como um lugar de produção da significação linguística ao qual esta significação retorna para o constituir. Não é, portanto, nem um indivíduo concreto, nem um ser coletivo especial, mas uma abstração, lugar da produção/interpretação da significação especificada segundo os lugares que ocupa no ato linguístico.

Falaremos, portanto, naquilo que nos diz respeito, de sujeito comunicante, sujeito enunciante (ou enunciador), sujeito destinatário e sujeito interpretante.

Pares: de uma forma geral, reteremos do dicionário – ainda que ele não o exprima nestes termos – a noção de “pessoas associadas” numa relação de credibilidade recíproca; elas consideram-se, por isso mesmo, dignas uma da outra. Na interação linguística temos que tratar com dois pares, o sujeito comunicante (EUC) e o sujeito interpretante (TUI), que estão implicados na aposta de uma relação contratual.

Esta relação contratual não repousa sobre bases objetivas fixadas pelos estatutos sociais dos pares fora de situação. Ela depende da aposta construída pelo próprio ato de linguagem, o que faz com que os pares não existam senão na medida em que se reconhecem um ao outro como tal, com os estatutos que eles imaginam. Assim acontece que os encontros em lugares como bares, onde os estatutos de pares não dependem tanto de categorias profissionais hierarquizadas (patrão/ empregado; intelectual/ artista/comerciante/artesão/etc.) como, por exemplo de um estatuto de competência atribuído no momento a propósito de temas de conversa

(corridas de cavalos, acontecimentos políticos, máquinas de jogo etc.). A relação contratual depende, portanto, de componentes mais ou menos objetivas tornadas pertinentes através da aposta do ato linguístico.

Estas componentes são de três tipos:

- comunicacional, concebido como o quadro físico da situação interacional: os pares estão face a face? veem-se? são únicos ou múltiplos? que canal – oral ou gráfico – utilizam? etc. (Charaudeau, 1973)
- psicossocial, concebido em termos de estatutos que os pares podem reconhecer-se mutuamente: idade, sexo, categoria socioprofissional, posição hierárquica, relação parental, pertença a uma instituição nos domínios do público ou do privado etc.
- intencional, concebido como um conhecimento a priori que cada um dos pares possui (ou se constrói) sobre o outro, de forma imaginária, fazendo apelo a saberes supostamente partilhados {intertextualidade}⁸.

Esta componente intencional repousa ela própria sobre duas questões que constituem os princípios de base da sua atualização: - de que poderá tratar-se, ou qual pode ser a intenção de informação? - como pode tratar-se disso, ou qual pode ser a intenção estratégica de manipulação?⁹

- O sujeito comunicante (EUc) é o par que tem a iniciativa do processo de produção. Quer dizer que procede à atualização do Dizer em função de três componentes que acabámos de descrever – e é na componente intencional que se integram as hipóteses de saber que este é levado a construir-se acerca do sujeito interpretante (TUi) – e da percepção de que possui um ritual linguístico que o submerge. Este conjunto constitui o seu lugar de fala e o resultado desta atividade as estratégias discursivas que são susceptíveis de produzir efeitos de discurso.
- O sujeito interpretante (TUi) é o par que tem a iniciativa do processo de interpretação. Quer dizer que procede à construção de uma interpretação – que pode ser muda ou exprimir-se através de uma interação qualquer – em função das mesmas três componentes – com as hipóteses de saber que ele é levado a construir-se acerca do sujeito comunicante (EUc) – e da percepção do ritual linguístico.

8 Preferimos dizer interdiscursividade.

9 Este termo é tomado num sentido lato, já que todo o ato de linguagem consiste em “jogar para ganhar”.

No entanto não há simetria entre a atividade do EUC e a do TUI. Se o resultado do processo de produção pode ser estudado através das características da atualização do Dizer configurada ao texto, o resultado do processo de interpretação não pode ser compreendido senão quer através do texto de interação – e esta compreensão, por muito interessante que seja, só pode ser parcial – quer de forma experimental, testando os sujeitos interpretantes (o que é uma outra metodologia – complementar – na fronteira do campo linguístico).

- Protagonistas: das definições do dicionário reteremos as noções de “papal” e de “importante”, mas não o sentido demasiado restritivo ligado ao universo da tragédia grega.

Na interação linguística temos que tratar com dois protagonistas: o sujeito enunciante – ou enunciador – (EUE) e o sujeito destinatário (TUD) que se definem como os seres de fala da atualização do Dizer produzido pelo EUC e interpretada pelo TUI. Estes seres de fala tomam faces diferentes segundo os papéis que lhes são atribuídos pelos dois pares do ato de linguagem, em função da sua relação contratual.

Estes papéis são concebidos como comportamentos linguísticos dos quais uns correspondem às três componentes da relação contratual – comunicacional, psicossocial e intencional que, semiológicos na encenação do Dizer – chamamos atitudes discursivas.

Estas atitudes constituem um dispositivo bastante complexo que não podemos descrever no quadro deste artigo, e no qual intervêm, só para dar uma ideia, atitudes enunciativas (Alocutivo, Elocutivo, Delocutivo e portanto os tradicionais atos de fala), atitudes enuncivas (os modos de organização narrativa e argumentativa), atitudes de valores (ético, pragmático, hedônico), atitudes de verdades (real, ficcional) e atitudes de credibilidade (sério, familiar etc.).

UM EXEMPLO: “A PERFORMATIVIDADE”

Durante muito tempo foi comumente admitido que existiam na língua verbos performativos de que foi possível elaborar listas {prometer, ordenar, permitir, declarar etc.}. Mas como estes verbos relevavam do dispositivo da enunciação, foi necessário descrever as condições de realização performativa: estes verbos, para além do seu semantismo particular (eles descrevem a ação que o locutor declara

realizar), devem ser empregues no presente do indicativo e na primeira pessoa do singular. Assim era assinalado como performativo o enunciado: “Ordeno-te que F”, por oposição a “ele ordenou-lhe que F”, ou “eu ordenava-lhe que F” etc.

Depois descobrindo contextos nos quais o verbo performativo, apesar das boas condições de emprego, não realiza o ato que descreve (caso da ironia), alguns linguistas propuseram qualificá-los de “potencialmente performativos” (E. Roulet, 1978), ou fazer apelo a “marcadores de leis de discurso” (Anscombe, 1977).

A estas observações contínuas, que para nós demonstram que a performatividade não está inscrita na língua, poder-se-ia acrescentar que em muitos casos estamos perante realizações de atos enunciativos sem que a fórmula linguística utilizada as descreva minimamente: o presidente da sessão que para declarar que ela está aberta diz: “Bom!”.

Não vamos argumentar detalhadamente; queríamos simplesmente fazer uma série de reparos que tendem a provar que a performatividade não é um fenómeno de língua, mas diz respeito ao conjunto da atualização do ato de linguagem com os seus dois circuitos – externo e interno – e os sujeitos correspondentes – pares e protagonistas.

1) A condição que exige que o sujeito falante tenha o poder de executar o ato que descreve na sua enunciação releva para nós da relação contratual que existe no circuito externo entre os dois pares EUc e TUi. O “eu”, marca gramatical, não reenvia para o sujeito enunciante (EUe), mas para o sujeito comunicante (EUc). No entanto é necessário acrescentar esta outra condição que é que o EUc deve pôr a hipótese que o TUi tem o poder de fazer, senão não há performatividade real; seria o caso de “ordeno-te que andes” dito a um perneta (a menos que evidentemente o EUc tenha o poder de fazer milagres, o que transformaria o poder fazer do TUi).

Dito de outra forma, para que haja performatividade é preciso que os dois pares estejam numa relação contratual em que se reconheçam reciprocamente um poder-fazer.

2) A condição de sinceridade proposta por Grice (1975) releva igualmente desta relação contratual (ponto de vista intencional). Assim várias actualizações linguísticas são possíveis com o mesmo enunciado: “prometo vir à tua festa”.

a) O EUC decide comprometer-se → o EUC promete e o TUI é chamado a acreditar. Se o TUI acreditar efetivamente há efeito performativo (E.P.) para o EUC e o TUI. Se o TUI não acreditar, falha o E.P.

b) O EUC não quer comprometer-se → o EUC promete e o TUI é chamado a acreditar. Se o TUI acreditar há E.P. para si próprio, mas o EUC sabe que é um perjuro. Se o TUI não acreditar, não há E.P. e pensa que o EUC é perjuro.

c) O EUC não quer comprometer-se → o EUC promete, mas o TUI é chamado a não acreditar (indício). Se o TUI não acreditar efetivamente, não há efeito performativo e entra em convivência com o EUC.

Estes poucos casos de atualização levam-nos a dizer que em análise do discurso só se pode falar de efeito performativo (E.P.) e que é o conjunto do dispositivo do ato de linguagem, com o lugar que ocupam os quatro sujeitos, que assegura ou não este efeito.

3) O fato de que qualquer fórmula verbal não performativa em si (no sentido inicial) possa contribuir para produzir a realização de uma ação enunciativa mostra que esta não está necessariamente ligada ao emprego de uma fórmula específica. Assim vejamos o enunciado: “queria que viesses esta noite”, dito por um pai à sua filha. Se o pai (EUC) não tem o hábito de dar ordens à filha e exerce habitualmente a sua relação de autoridade através da negociação, e se a sua filha (TUI) o sabe, há razões para apostar que este enunciado produza o efeito e a realização da ordem que não podem ser assinalados só pelo enunciado: “queria que F”.

Afirmaremos que a realização de uma ação enunciativa pode ser produzida por diferentes estratégias discursivas em que algumas chegam mesmo a mascarar o Fazer com o Dizer.

4) Enfim a análise de certas sequências interacionais permite pôr em evidência que de cada vez que o EUC utiliza a fórmula explícita (ordeno-vos, prometo-te, permito-te etc.) tudo se passa, do ponto de vista da estratégia discursiva, como se precisamente fosse posta em dúvida a validade da relação contratual que permitiria o E.P., e isto mesmo quando todas as condições são aparentemente convenientes para o produzir. Um patrão que quisesse fazer sair do seu escritório um empregado que lá tivesse ido reivindicar dir-lhe-ia: “agora saia!”¹⁰. Se este não se resolvesse, ele poderia

10

No original francês: «maintenant, sortez monsieur!»; «monsieur, je vous ordonne de sortir!»

reforçar dizendo-lhe: “ordeno-lhe que saia!” e mesmo explicitar as condições de enunciação precisando: “sou eu que lhe digo!”, ou “é o seu patrão que está a falar!”.

Mas as três últimas fórmulas não são mais do que um simulacro (Ducrot, 1981) de E.P. que institui w:n sujeito destinatário (TUd) mistificado, dependendo a sequência da reação do TUi. Pelo contrário, não se imagina que durante o assalto a um banco o EUc enuncie: “ordeno-lhe que me passe a massa!”. A impressão de ridículo que se sente neste caso (várias vezes explorado nas comédias - W. Allen) reside na força da ameaça que representa a relação contratual (o assaltante tem uma arma) que por sua vez se satisfará com o enunciado mínimo: “A massa!”

Esta relação inversamente proporcional entre o emprego de fórmula performativa explícita e o E.P. do ato de linguagem leva-nos a precisar uma terminologia que se presta um pouco à confusão. Distinguiremos, pela nossa parte:

— ato de linguagem, que, como descrevemos no início deste artigo, diz respeito ao conjunto da atualização linguística com os seus dois circuitos, externo – o da relação contratual entre dois pares; interno – o da atualização do Dizer com os dois protagonistas.

— o ato de fala, que diz exclusivamente respeito à atualização do Dizer através de qualquer fórmula verbal, desde que assinale um ato enunciativo, dando um certo papel ao EUe e ao TUd. O ato de fala não é, portanto, o todo do ato de linguagem.

— a estratégia discursiva que se mede pelo efeito possível produzido pelo ajustamento (o jogo) entre a atualização do Dizer (o ato de fala) e a relação contratual do Fazer.

Nestas condições, o conceito do ato performativo parece inútil na análise do discurso já que desaparece sob a descrição, de cada vez particular, do efeito estratégico produzido pelo ajustamento entre o Dizer e o Fazer.

Terminemos brevemente indicando o sentido que atribuímos às outras denominações que mencionamos no começo do capítulo 2.

- locutor/interlocutor servirão para designar os parceiros EUc e TUi quando estão em situação de comunicação dialógica e utilizam o canal oral.
- escritor/leitor designarão estes mesmos pares quando a situação de comunicação é não-dialógica e o canal é gráfico (ou escritural).

Deixaremos os termos de atores à sociologia – pois prestar-se-iam demasiado à confusão numa teoria dos discursos, a menos que não os identifiquemos com os nossos pares – pois trata-se de um ponto de vista macrossociológico que escapa àquilo que chamamos o investimento do ato de linguagem; este termo podia, no entanto, ser utilizado para designar o terceiro implicado num ato de linguagem.

Emissor/Receptor serão afastados porque dão uma ideia falsa do que é o ato linguístico. Enfim, “eu” / “tu” não serão retidos porque nos reenviam de forma demasiado restritiva para as pessoas gramaticais, ainda que Benveniste tenha tido o cuidado de evitar a confusão.

REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, E. Structure des relations de personne dans le verbe. In: BENVENISTE, E. **Problèmes de linguistique générale**. Paris: Gallimard, 1966. p. 238.
- DUCROT, O. **Les mots du discours**. Paris: Éditions de Minuit, 1980.
- DUCROT, O. Illocutoire et performatif. **Linguistique et Sémiologie**, n. 4, PUL, 1977.
- GOFFMAN, E. **The Presentation of Self in Everyday Life**. New York: Doubleday, 1959.
- GRICE, H. P. Logic and Conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. L. (Ed.). **Syntax and Semantics, vol. III: Speech Acts**. New York: Academic Press, 1975.
- PETIT ROBERT. **Le Petit Robert: dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française**. Paris: Le Robert, 1968.
- RUWET, N. **Linguistique. Magazine Littéraire**, n. 200/201, Paris, nov. 1983. p. 44.
- DUCROT, O. **Dérivation delocutive**. In: **Actes du VIe Colloque de Pragmatique de Genève**. Cahiers de Linguistique Française, n. 3, Université de Genève, 1981.

